

Eduardo Lourenço e o seu Brasil em três sertões

Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira¹

Introdução

Todos os países

Todos os povos

Gosto disso

As duas três velhas casas portuguesas que sobram são faianças azuis

Blaise Cendrars

Tomamos de empréstimo, como epígrafe, esse poema de Blaise Cendrars. Nele, uma das ideias inscritas no programa modernista da literatura brasileira emula a superação do nosso passado. Na força da sua sugestão metonímica, traduzindo pela forma a cidade de São Paulo, vemos materializar-se a construção de uma imagem-síntese do Brasil desejado pelo projeto modernista. A imagem é a de um país que o século XX haveria de se dar a conhecer ao mundo. De acordo com a projeção, esse novo país seria um arranjo urbano, que, sob o influxo da imigração, tomaria distância da antiga matriz, da colonização lusitana, para embarcar num bonde supostamente mais dinâmico, frenético e cosmopolita rumo à modernidade. O flagrante e hierarquizado contraste que se estabelece no interior do poema elege a imigração como combustível, guardando para o oculto das entrelinhas da engrenagem o consequente projeto de branqueamento do país entre as condições previstas para o sonhado embarque. No entanto, se a condição para abandonar as raízes fincadas no que se sugere como falta de futuro, que a compreensão de país mestiço sublinhava, parecia realmente nova, a mesma afirmação não vale para os seus bilhetes. Algum ensaio de antecedência já havia colocado o primeiro lote à venda em 1822, com a Independência; o segundo, em 1836, com as sugestões contidas no prefácio dos “Suspiros poéticos e Saudades”, de Gonçalves de Magalhães, e o terceiro, em 21 de outubro de 1838, com a fundação do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Portanto, o poema de Cendrars parece apenas confirmar, reiterando, que a plataforma do alentado embarque era conhecida e se repetia, porém ainda muito mais como desejo do que como efetiva realização. Pode-se dizer, muito mais como ensaio

¹ Professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

narrado do que vivido. Em tradução literal, muito mais projetado, imaginado, idealizado, do que experimentado na prática. Sem muito esforço, porém, nota-se que entre 1822 e 1922, apesar de exceções como a obra de Lima Barreto, por exemplo, só confirmarem a regra, o Brasil foi antes de tudo, um país “sonhado” por fora, de fora para dentro.

Faço essa abertura, forçando a largura do espectro referencial, com a finalidade de demonstrar e de favorecer às aferições, com maior proximidade da medida, o peso da carga que Eduardo Lourenço, também um estrangeiro como Cendrars, assume ao construir o seu ensaio intitulado “Guimarães Rosa ou o terceiro sertão”, que fecha o volume *A Nau de Ícaro* (2001). No referido ensaio, buscando, assim como fizera o poema de Cendrars, uma imagem-síntese do Brasil, o filósofo e ensaísta português toma não uma cidade metonímica, mas a própria a dimensão continental do Brasil como um dado incontornável para a justa compreensão dos sentidos da nossa cultura. Partindo da percepção da monumentalidade a que tudo no Brasil se submete em razão da extensão territorial, Lourenço propõe uma leitura da categoria “sertão” como signo-síntese a partir do qual torna-se possível enxergar a singularidade da cultura brasileira quando do seu ingresso no concerto das culturas ditas ocidentais. Uma leitura desafiadora, abrangente e instigante leitura da identidade cultural brasileira.

Desafiadora porque, com a sua conhecida vocação de imagólogo da cultura de língua portuguesa, recusa a Semana de Arte Moderna como mito fundante da autoconsciência nacional brasileira, por não reconhecer nas propostas surgidas em torno dela e do nosso primeiro Modernismo uma imagem de país capaz de escapar aos mimetismos que buscavam não mais do que integrar o país na civilização ocidental. Abrangente pela capacidade de arrolar motivos insuspeitados para essa recusa e instigante é a hipótese que ele arrisca para dar nova direção ao mito fundante.

No entanto, antes de entrarmos no exame da hipótese proposta no ensaio de Eduardo Lourenço, fará bem para os adjetivos que usamos para apresentá-la convocar uma linhagem de intérpretes com a qual o ensaísta criará movimentos de tensão. Para a convocação, ajusta-se a observação feita por Antonio Candido no prefácio à quinta edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda. Em seu texto, Candido sugere que os ensaios históricos de Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre trataram de inventar o Brasil. Portanto, a julgar pela apreciação feita pelo do crítico literário em 1967, as grandes linhas interpretativas definidoras dos

sentidos da nacionalidade brasileira foram traçadas pelas obras *Raízes do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo* e a *Casa Grande & Senzala*.

A hipótese de uma tal “sertanidade brasileira”, cujo processo de formulação por Eduardo Lourenço parece apostar todas as fichas no caráter singular da experiência brasileira e, assim, portanto, trilhar numa espécie de contramão das formulações conceituais das quais os citados “intérpretes” se valeram, teria sido fundada por Euclides da Cunha na obra *Os Sertões* (1902). Ali, no livro-reportagem, transformado em relato da batalha travada no sertão da Bahia entre os seguidores de Antônio Conselheiro e as tropas do Exército brasileiro, Eduardo Lourenço teria encontrado elementos muito mais capazes de se aproximarem da síntese cultural que melhor nos define. De acordo com o raciocínio de Lourenço, ao conferir para o massacre ocorrido em Canudos um estatuto de “mito”, Euclides da Cunha teria inaugurado um modelo de ruptura com a racionalidade que impregnava de europeísmo as nossas manifestações culturais, sendo capaz de “fundar o homem brasileiro”.

Partindo do pressuposto da “sertanidade”, o referido ensaio ainda reflete acerca dos desdobramentos da empreitada euclidiana em mais dois “sertões” distintos, o do romance de 30 e o de Guimarães Rosa, no qual, de acordo com ele, “o Brasil veio a existir e se feito nação”.

Longe de merecer adjetivos, a pretensão do presente texto é apenas a de mapear algumas iluminações contidas no ensaio “Guimarães Rosa ou o terceiro sertão”, de Eduardo Lourenço.

Portanto, surpreendendo os vagões em pleno movimento e com as rotas tão consolidadas a ponto de dispensar novas orientações, o que Eduardo Lourenço trata de arriscar configura-se como uma brusca conversão na rota. Consciente de que a manobra exige sólida envergadura, logo de saída, ousa recusar a Semana de Arte Moderna como mito fundante da nossa autoconsciência. Exposto aos solavancos, tratou de mobilizar uma premissa para enfrentar os cerrados túneis dos consensos.

Ao ensaísta, parece que, um pouco antes dos eventos de 22, mais precisamente na obra de Euclides da Cunha, haveria um denso processo de tomada de consciência da nossa singularidade identitária. A percepção da “monumentalidade” do país desloca para o drama da terra, da posse e da ocupação da terra, a discussão sobre a natureza dos pertencimentos. Afinal, das relações com a colonização surgiram estratégias cujos

desdobramentos deram legitimidade aos desequilíbrios sociais oriundos das relações com o poder. Dessas estratégias, a que permitiu a existência das capitanias hereditárias, das doações de sesmarias de terras e o seu fatal corolário, o latifúndio, caminha pelos recônditos do texto de Eduardo Lourenço como uma “fantasmagoria” capaz de substituir as “miragens” inscritas no projeto modernizador do Brasil. “Terra é poder”, alguém já disse. E Lourenço, ao então invocar a categoria que ele chama de “sertanidade”, produz sentidos muito capazes de se aproximar de uma síntese cultural autorizada a nos definir coletivamente.

Na sua avaliação, quando Euclides confere para o massacre ocorrido em Canudos um estatuto de “mito”, está, na verdade, inaugurando um inovador modelo de ruptura. Ruptura com a pretensa ascensão à racionalidade, estágio a ser alcançado para a entrada pela porta da frente na chamada modernidade ocidental, que impregnava de europeísmo as nossas manifestações culturais. Ruptura capaz de fundar um modo original de representar o que seria, em síntese, o “homem brasileiro”. Desse modo, o nosso primeiro Modernismo, portanto, em que pesem as suas inovações técnicas, na avaliação do ensaísta, perde seu *status* de movimento inaugural, pois ainda emulava mimetismos, cujos propósitos intentavam, pela adesão, não mais do que integrar o país no modelo hegemônico da civilização ocidental. E mais, empurrava a indigesta realidade para embaixo do tapete.

Operando numa esteira oposta dos consensos, para incluir a recusada indigestão, Lourenço retoma a monumentalidade, reivindicando uma afirmação pela diferença, pela singularidade. Levando adiante a proposta, reflete ainda acerca dos desdobramentos da empreitada euclidiana em mais dois “sertões” distintos, o do romance de 30 e o de Guimarães Rosa, no qual, de acordo com ele, “o Brasil veio a existir e se feito nação”.

Nunca será demais lembrar que, em *Os Sertões*, Euclides põe em funcionamento a tese da existência de dois Brasis distintos. De um lado, um país explorado pela política, que conferia privilégios às zonas econômicas exportadoras, com brasileiros pobres, sem bens imóveis e vivendo sob a exploração do latifúndio. Do outro, o explorador, com elites que se consideravam cultas e poderosas, proprietária não só das terras como do próprio Estado. Nesse país cindido, um dos lados parece expor fraturas até hoje não cicatrizadas. E ao escolher esse lado para tomar como chão da análise, o ensaio de Eduardo Lourenço acena com uma triste atualidade.

Porém, por aqui nos contentaremos em apenas seguir de perto os três sertões de Lourenço.

Primeiro sertão

Comecemos por uma citação:

Em *Os Sertões*, o Brasil brasileiro descobre-se como terra, como humanidade, como sociedade, como história sem miragens – em suma, como uma espécie de anti-retrato da ‘terra maravilhosa’ que nenhum desmentido da ordem da história ou da natureza jamais apagarão. (...) O que Euclides da Cunha revela a um país todo ele voltado em sonhos para uma qualquer Europa (...), mas também para uma literatura que já percorrera com Machado de Assis os labirintos do coração e da vida, foi simplesmente o sertão. Não apenas aquelas paisagens lunares, inóspitas, inférteis – até infernais -, onde os homens se alinham pela urgência da água e das raízes secas da restinga, terras do interior baiano ou cenário das nada míticas *Vidas Secas*, mas sobretudo a sua essência de mundo desolado e inumano, quer dizer, o *Brasil como sertão*”. (LOURENÇO, 2001, p, 210).

O que, em nossa proposta de leitura, salta primeiro nessa visada é o afastamento das “miragens”, ou seja, das projeções e ficções decorrentes destas. Com esse afastamento, o Brasil teria diante de si mesmo a produção uma autoimagem com menos interferências e, portanto, sujeita a um processo de reconhecimento rente à aridez do real. Depois, são os possíveis desdobramentos de uma recusa das “miragens” da história. Não será difícil surpreender, com o auxílio do próprio vocabulário do ensaísta, um sentido capaz de fazer notar como essas “miragens” – também projetadas de fora para dentro - sempre funcionaram muito mais como “fantasmagorias”, cujas sombras espectrais se projetavam como entrecruzamentos, pouco ou nada conciliáveis, na compreensão da imagem do país. Aqui, Lourenço pensa a luta do homem na terra, com a terra e com os outros homens com quem ele divide-a, sem a providencial intervenção de forças transcendentais. Portanto, mais aderente ao sentido de luta trágica.

Com isso posto, seria, de fato, preciso duvidar dos modelos tomados de empréstimo e reivindicar formas menos entrecruzadas para se olhar no espelho. É o que Euclides faz, quando dá as costas ao modelo da epopeia importada, o modelo do épico, incrustado pela base na narrativa ocidental, para fundar o que seria uma representação genuína do “homem brasileiro”. Novamente, a monumentalidade é convocada para dimensionar o desequilíbrio na paridade de armas entre o homem da terra e a sua própria terra, que é seu campo de batalha. O desequilíbrio torna ingrata a luta, que se faz invencível. Convocado a olhar para as luzes, pois é a sua função sondar a luminosidade e comunicá-la aos seus leitores do jornal que o contratou para a tarefa, Euclides, no

entanto, passa a divisar uma sombra formando-se. Tal como no exemplo de Benjamin, do anjo que olha para trás, mas é impulsionado para diante por uma tempestade, é a sombra do progresso como ruína que surge dos seus escritos. Diz Eduardo Lourenço:

Euclides, imaginação naturalmente mítica, viu um pouco mais longe – não por comparar a resistência dos sertanejos e do seu profeta milenarista, Antônio Conselheiro, à versão de uma Tróia bárbara, mas por perceber nesse povo sem história, sem direitos, pura humanidade confrontada com uma natureza indiferente aos seus sonhos mais triviais, os representantes genuínos dessa raça que, durante os séculos obscuros, tinha sido, anonimamente, o *homem brasileiro*”. (LOURENÇO, 2001, pp. 210-211).

Necessário será acrescentar-se à observação de Eduardo Lourenço uma nota de obviedade incontornável. A da “quebra”, da “ruptura” com a imagem que nos persegue desde Caminha e da sua *Carta do Achamento do Brasil* e que, também ela, fora alçada ao panteão dos mitos nacionais: a imagem de que nossa natureza seria “abençoada por Deus”, uma imagem destinada à aceitação da natureza brasileira como dádiva, como um cenário idílico para um país idílico. A essa imagem opõe-se a “sertanidade” brasileira. Aceitando sua formulação como síntese válida, a “sertanidade” cumpre sua função de mito. O massacre de Canudos, como resultado, será a vitória da ordem darwinista, ou seja, a sujeição do Brasil a um modelo de racionalidade que pouco ou nada tem a ver com a sua “lógica primitiva”, moldando uma imagem mais conforme ao padrão europeu:

Nas palavras de Eduardo Lourenço: “Era preciso, portanto, “eliminar” esse *outro* brasileiro – um sujeito que, “independente da sua genealogia e indiferente a ela, aquela terra fizera e moldara, vaqueiro nômade, contemplativo, guerreiro por sua conta ou de quem servia – em suma, o homem de um *outro* Brasil”. (LOURENÇO, 2001, p.211),

A questão que se impõe é a de que se a partir de Canudos podemos compreender a nossa modernidade como tragédia? Ou como “barbárie”? Para Euclides, porém, há “lógica” na eliminação dos Canudos – um martírio e um exorcismo. Diz Eduardo Lourenço:

Com *Os Sertões* não começou a vera história do povo brasileiro, mas revelou-se a insignificância e o termo da sua pseudo-história, a qual nem fora capaz de assumir realmente a continuidade de um viver de mais de três séculos num mundo novo, nem de romper com ela, integrando com originalidade o seu novo destino de continente obcecado pelo futuro”. (LOURENÇO, 2001, p.211).

E, observação ainda mais importante:

A contribuição de Euclides para a imagem do Brasil, a sua intuição de uma espacialidade singular vivida por dentro e não mero objeto de pasmo ou desdém alheio, a sua intuição ainda mais decisiva de uma *temporalidade* de homem cujo ser (como o seu estar e o seu dizer) se vê moldado por esse relógio sem ponteiros do sertão, é mais importante do que a provocatória revolução modernista, toda ela inscrita num tempo que nem sequer é apenas brasileiro”. (LOURENÇO, 2001, p. 211).

Portanto, o *sertão* seria o Brasil no espelho do Brasil. Um Brasil “que luta consigo mesmo enquanto cultura de violência social incompreensível”. (LOURENÇO, 2001, p. 212). “Incompreensível” porque se pensa sempre na cultura brasileira como “um conjunto de culturas de felicidade”, que a literatura faria confirmar no Brasil, como “tragédia otimista brasileira”

Até pelo próprio movimento, de um espalhar-se desordenado para as cidades, descendo desde o Nordeste do açúcar para o Centro-Sul e, posteriormente, para o Centro-Oeste, o *sertão* é a nossa condição existencial, alma fundada nos resíduos que resistem ao processo civilizador forjado de fora para dentro. O sotaque francês querendo rasurar a fala nordestina, como diz a canção do compositor cearense Belchior².

Mas o “sertão”, para Eduardo Lourenço, é espaço ou signo-síntese, que opera somente no campo da linguagem? Embora ele afirme que “em termos simbólicos, 1922 foi o momento da invenção do Brasil como sujeito da sua própria história” (p. 207) reconhece que não havia ainda o que ele chama de “real tempo brasileiro”.

O segundo sertão

No ensaio de Eduardo Lourenço, o chamado “Romance de 30” é convocado a dar testemunho da transformação de uma “sociedade de estrutura paramedieval para outra, já integrada na primeira fase da mundialização dos mercados” (LOURENÇO, 2001, p. 212). Dessa transformação resultaria, de acordo com o raciocínio do ensaísta, a fixação de uma violência endêmica como presença incontornável da nossa literatura. Para ele, no entanto, os excessos de preocupação ideológica dessa fase de intenção revolucionária acabam por obliterar a tragédia humana. A banalidade com que se recorre aos expedientes violentos na mediação dos conflitos entre os “desfavorecidos” pelos arranjos sociais decorrentes dessa transformação, vem temperada pela sensualidade, o que, de certo modo, atenuaria o caráter trágico dessas vidas confrontadas com o abandono à própria sorte. Aqui, caberia, ao invés da ênfase dada ao prestígio

² A canção faz parte do álbum *Era uma vez um homem e o seu tempo* (1979) e se intitula “Tudo outra vez”. Os versos se referem à estrofe: “E até parece que foi ontem/Minha mocidade/Com diploma de sofrer/De outra Universidade/Minha fala nordestina/Quero esquecer o francês”.

internacional obtido pela obra de Jorge Amado, tomar *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, para uma apreciação mais justa das possibilidades abertas pela empreitada do romance brasileiro dessa época. É que com *São Bernardo* podemos deixar a ideologia ficar em segundo plano e considerar Paulo Honório como o sujeito que melhor encarna essa tragédia cósmica da qual Eduardo Lourenço se ressentia. Paulo Honório torna-se, por força do aprendizado da escassez, um acumulador capitalista de terras. Sua lógica parece seguir a do bicho dotado por forte instinto primitivo de sobrevivência. Nessas suas terras, a luta pela sobrevivência transforma-se, resultante da ação danosa da posse excessiva. O dilema do choque entre a consciência da finitude e as desmedidas do excesso o faz desejar sucessão, planejar um herdeiro. Ao contrair matrimônio com Madalena, vê-se em vias de amoldar-se a uma lógica que não combina com a sua natureza instintiva embrutecida. Lamenta-se de não poder acariciar a mulher, devido à aspereza das suas mãos calosas. O suicídio da mulher empurra-o para um nada sem retorno, ou, numa hipótese mais otimista, para um retorno ao começo, que ele, já sem as mesmas forças, não pode ou não deseja mais empreender.

Portanto, se Lourenço tivesse considerado ler *São Bernardo* como desdobramento do que ele mesmo vira como embrião em *Terras do sem-fim*, repararia que a sua categoria-síntese, a “sertanidade”, de fato, encontrara uma tradução menos embaciada pelos temperos de sangue e sexo, que, de certo modo, justificam as experiências existenciais dessas personagens capazes que encarnam a verdadeira história do Brasil. Uma história como *contra-história* da herdada do século XIX.

O terceiro sertão

Eduardo Lourenço considera que é Guimarães Rosa quem vai converter e transfigurar esses dois sertões, palco da história impossível e contra-história do Brasil num *terceiro sertão*. Um sertão que não tem a *tragicidade* cantada com eficaz retórica épico-geográfica por Euclides da Cunha. No sertão de Rosa, na sua face física, espelha-se o *otimismo* transcendente que o caracteriza, embora o seu horizonte seja *outra* face dele, a de Euclides.

No entanto, Guimarães Rosa teria acrescentado à “sertanidade” uma língua sua, própria, que não visita, nem revisita, nem se insere numa linhagem de contato que a faz pertencer ao universo das representações apaziguadas pela tradição. Para Eduardo Lourenço, Guimarães Rosa teria descido ao porão do Brasil como língua, descobrindo-

a. E, com esse processo de leitura, foi compondo um país nascido dos contrastes, feito com materiais tecidos pelo hibridismo. Nessa feitura, centro e margem se deslocam para se imbricarem sem vestígios de hierarquias. Como o próprio Lourenço avalia:

Se o *Grande sertão* fosse apenas um colossal *remake* neomedieval e neobarroco temperado em rituais languageiros joyceanos, já não seria pouco. Como livro do *sertão metafísico* ou *místico*, teria o seu lugar na imensa revelação-revisitação do imaginário ficcional de todas as épocas, o qual era ou é o anúncio de um tempo literário como o nosso, que sabia que estava batendo no muro (ou melhor, no fundo do mar) da modernidade. Todavia, é esse extraordinário e voluntário *anacronismo* que instala o imaginário brasileiro na terceira margem de si mesmo – a que sempre foi e permanecia, se não invisível, superficialmente explorada. (LOURENÇO, 2001, pp.218-219)

Guimarães Rosa foi capaz de conduzir não somente o imaginário brasileiro, mas também o *lusófono*, na hora zero, alfa e ômega de uma história que só existe porque alguém a *sonha* e a conta aos outros.

Porque existem coisas não contáveis é que a ficção existe.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

